

Boletim Informativo 06

ProfEPT – Dezembro de 2023

12 de Dezembro de 2023



Registro do último dia de aula presencial da turma 6 ingressante em 2023 no campus Jaguari.

Apresentação

Mais um semestre letivo está prestes a finalizar, neste sentido, é com grande alegria que divulgamos mais um Boletim Informativo do ProfEPT do IFFar, o de número 06.

Ao refletirmos sobre o ano de 2023 percebemos que o mesmo foi feito de muitos desafios para o programa, dentre eles o processo de avaliação do curso pela Capes que suscitou mudanças que irão impactar na organização do mesmo, sobretudo no processo de ingresso de estudantes, a partir de 2024. Esse é um momento de reflexão, planejamento e implementação de melhorias com vistas a qualificação das ações desenvolvidas no curso e na rede como um todo.

O ProfEPT, tem buscado produzir conhecimentos dentro da área de Ensino da Capes tendo como base a pesquisa que parte de problemas e situações reais vivenciadas no âmbito da Rede Federal de Ensino e de outras Redes de Ensino que ofertam a Educação Profissional e Tecnológica. A partir das suas linhas de pesquisa com foco “Práticas educativas” e também na “Organização e memórias dos espaços pedagógicos” objetiva alavancar a Educação Profissional, nos espaços das Redes de Ensino, promovendo a reflexão e pensamento crítico aos seus estudantes, egressos e envolvidos nas pesquisas desenvolvidas, seja em espaços formais assim como em espaços não formais de ensino.

Este documento, Boletim Informativo do Curso, tem por objetivo compartilhar com a comunidade interna e externa ao IFFar as ações, estratégias e vivências desenvolvidas dentro do programa com a finalidade de que a comunidade conheça mais e participe com protagonismo das ações desenvolvidas. Neste número procuramos contribuir também no sentido de divulgar e refletir sobre os temas de pesquisas de nossos discentes, com vistas a tornar o boletim menos informativo e mais reflexivo.

A periodicidade do mesmo é quadrimestral de responsabilidade da coordenação e da secretaria do programa com apoio dos docentes e discentes do programa e será divulgado junto ao e-mail institucional e também nas redes sociais do programa e da instituição.

Neste sexto número do boletim, terceiro do ano de 2023, foram destacados os seguintes itens relativos às atividades desenvolvidas no programa:

- Editorial sobre temas e pesquisas desenvolvidas no ProfEPT do IFFAR
- Publicado edital para o Exame Nacional de Acesso ao ProfEPT 2024: mudanças vão acontecer. Fique atento!
- Defesas de dissertações e qualificações de projetos

- Como o mestrado ProfEPT fez a diferença na minha vida profissional!!
- ProfEPT polo de Jaguari participa da produção e lançamento de livro produzido em parceria com a Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisa sobre a EPT
- Docentes vinculados ao programa.
- Nossos contatos e localização.

Desejamos a todos, todas e todes uma excelente leitura!!!

Editorial sobre temas e pesquisas desenvolvidas no ProfEPT do IFFAR

A partir deste volume do Boletim Informativo do ProfPET do IFFar, serão compartilhadas algumas reflexões sobre temas de interesse coletivo desenvolvidos também no espaço da EPT e que também são pesquisados por discentes e docentes do ProfEPT do IFFar.

Os textos serão produzidos por discentes do programa e têm vínculo com os temas pesquisados pelos mesmos dentro do mestrado.

Nesta edição contribuíram com a escrita as mestrandas Aline Aline Santana Leal, cujo título do projeto e pesquisa é “**Memórias e Percursos Formativos das Mulheres Negras do IFFAR**” e Darlene Honório Medeiros, cujo título do projeto é “**O que é ser negro no Brasil?: Reflexões sobre os critérios de acesso à política de cotas**”. O projeto da mestranda Aline está vinculado a Linha de Pesquisa Organização e Memórias dos espaços pedagógicos na EPT sendo orientado pela professora Dra. Vanessa de Cássia Pistóia Mariani. Já o projeto da mestranda Darlene está vinculado à Linha de Pesquisa Práticas Educativas na EPT, sendo orientado pelo professor Dr. Vantoir Roberto Brancher e coorientado pela professora Dra. Neiva Maria Frizon Auler.

A seguir, os textos e as reflexões produzidas pelas nossas mestrandas.

Texto 01: Até quando será necessário falar de racismo no Brasil?

Por: Aline Santana Leal

(Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar, Docente da Rede Municipal de Santana do Livramento; Mestranda do ProfEPT - Polo do IFFar, Turma 2022, orientada pela Profa. Dra. Vanessa de Cássia Pistóia Mariani)

Falar sobre racismo no Brasil, é um tema tão atual, que nem parece que a escravidão foi abolida há tantos anos em nosso país. Basta olharmos as notícias divulgadas nas mídias diariamente e veremos as mesmas práticas escravocratas e discriminatórias, ainda perpetuando o cotidiano da população negra. A naturalização do racismo estrutural no Brasil, e as desigualdades sociais, são mazelas que acompanham a história do Brasil, influenciando as relações sociais de maneira negativa, atrelando a população negra a posições de inferioridade.

A sociedade como um todo, mantém práticas racistas, colonialistas, invisibilizando o povo negro, usando a ideia de raça com o objetivo de desqualificar socialmente ou subordinar alguém, com estigmas e estereótipos negativos impedindo que milhares de pessoas negras não tenham oportunidades de ascensão social, pela soberania da cor, desta forma, o debate racial, é imprescindível para compreendermos a mobilização política, capaz de fomentar mudanças, ainda que tenhamos leis que buscam garantir os direitos dos grupos minoritários, percebe-se que existe pouca vontade, ou até nenhuma, para que as mesmas sejam legitimadas. Segundo Munanga (2001, p. 35), os movimentos sociais lutaram duramente por dezenas de anos para “arrancar da voz oficial brasileira a confissão de que esta sociedade é também racista”.

Torna-se urgente centralizar os conceitos de raça no debate educacional, politizar o campo do conhecimento, quebrar paradigmas, romper com essa estrutura hierárquica da supremacia da branquitude onde a imagem inferiorizada e negativa de alguns grupos está atrelada a cor, raça e etnia.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas negras, ou seja, que se autodeclararam pretas ou pardas constitui 56% do total da população brasileira em 2022 (IBGE, 2022b). Esses dados apontam uma arbitrariedade quando discutimos as relações étnico raciais e o racismo perpetuante no Brasil. Como justifica-se o fato de um país miscigenado, discriminar seus pares, renunciar a própria história, a cultura e as contribuições que o negro teve na construção do Brasil. Fica evidente, que o racismo estrutural atravessa a sociedade brasileira em todos as esferas, política, econômica e pedagógica e com concretas consequências nas instituições, pois elas reproduzem a ordem racial fincada no seio do mundo social e cultural. Desse modo, o racismo estrutural se constitui como “produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Portanto, é na base material das sociedades que se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural” (OLIVEIRA, 2021, p. 67).

Considerando o fato que o Brasil foi o último país ocidental a abolir a escravidão, deixando um legado histórico de exclusão étnico-racial, com as desigualdades “estruturantes que compõem a realidade brasileira” (PIOVASAN, 2002, p. 895), conseqüentemente ainda será preciso muita luta e resistência para pôr fim aos modelos de cativo, pois essa falsa liberdade não foi acompanhada de políticas públicas reparatórias e/ou indenizatórias para os escravizados e seus descendentes.

Enquanto a história da cultura afro-brasileira não for contada por outro viés que não seja o eurocêntrico, a escravidão continuará ecoando na sociedade, com práticas racistas e segregadoras, determinando o lugar onde os negros devem permanecer, ou seja invisibilizados, como se as pessoas negras tivessem nascidas escravas e não como um povo que foi submetido a escravidão pelos portugueses, fatos esses que deixaram marcas gritantes e representações de desigualdade e hegemonia. É importante ressaltar que as ações afirmativas em consonância com as legislações que versam sobre as relações étnico raciais, buscam transformar esse legado da exclusão, por justiça racial e social.

Rocha (1996) afirma que as ações afirmativas promovem a igualdade material, prevista democraticamente, no direito Constitucional contemporâneo:

A ação afirmativa reconstrói o tecido social, introduzindo propostas novas à convivência política, nas quais se descobrem novos caminhos para se igualar, na verdade do direito e não apenas na palavra da lei, o que o preconceito de ontem desigualou sem causa humana digna (ROCHA, 1996, p. 295).

Não somente as ações afirmativas, mas todas as legislações que versam sobre as relações étnicos raciais, em destaque para a lei 10.639/03 que traz claramente o objetivo para a construção de novas formas de educação para a diversidade, são fundamentais no combate à discriminação e principalmente, resgate da cultura brasileira.

Torna-se urgente refletirmos sobre a legitimação da Lei 10.639/03, principalmente nesse ano de 2023, onde completamos 20 anos da sua promulgação, e mesmo após esse espaço temporal, são evidentes os desafios e lacunas para a inserção da temática nos currículos, a omissão e desrespeito ao cumprimento da lei, ao longo desses anos e, ainda, na perspectiva atual. Embora a aplicabilidade desta lei esteja ainda longe do esperado e que ainda encontremos resistência na execução de seu conteúdo no espaço escolar, os movimentos dentro das instituições precisam ter continuidade, esse comprometimento deve ser de todos, tanto das pessoas negras, quanto das pessoas não negras ali presente, é um compromisso de TODOS. Vale ressaltar que as legislações não se validam sozinhas, são os atores sociais e seu comprometimento que as legitimam e fazem pontes para ressignificar e transformar a sociedade.

Referências:

BRASIL. Lei nº 10.639, 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 30 novembro 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo>. Acesso em: 29 novembro. 2023.

MUNANGA, K. Apresentação. In CIRNE, A. **Racismo religioso em escolas da Bahia: autoafirmação e inclusão de crianças e jovens de terreiro [online].** Ilhéus, BA: Editus, 2020.

PIOVESAN, F. Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos. In: SANTOS, S. A. D. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas.** Brasília :MEC/Unesco, 2007. p. 35-46

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica.** São Paulo: Dandara, 2021.

Texto 02: Trajetos formativos da comissão de heteroidentificação na implementação da política de cotas na EBPT

Por: Darlene Honório Medeiros

(Mestranda do ProfEPT, Turma 2022, IFFar - Campus Jaguari, orientada pelo Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher e coorientada pela Profa.a Dr. Neiva Maria Frizon Auler)

O Brasil é um país miscigenado iniciado com a chegada dos portugueses registrada, oficialmente, em 1500. Com o início da colonização portuguesa no Brasil, populações africanas de pele preta foram trazidas contra a sua vontade para compor a força de trabalho escravizada que determinaria a constituição das bases econômicas no Brasil durante mais de três séculos.

Em dado momento da história, o Brasil ficou para trás em relação aos padrões eurocêntricos de civilização, enquanto sua população escravizada e de origem africana e afrobrasileira de pele preta ou parda compunha a maioria da população total do país. Para estrangeiro ver era urgente parecer mais branco e, portanto, “mais civilizado”.

Para os padrões europeus, civilização e branqueamento estavam interligados e o país foi pressionado a começar um processo de branqueamento que decorreu gradativamente a partir da Lei Eusébio de Queirós. Assim, proibiu-se o tráfico negreiro, libertaram-se os sexagenários, os filhos de quem estava escravizado e, por fim, assinou-se a Lei Áurea que deveria libertar a todos os povos escravizados no Brasil.

Mas, a liberdade não veio acompanhada de políticas sociais e os povos de pele preta que aqui viviam no fim do século XIX permaneceram excluídos, marginalizados, perseguidos, presos e taxados como “vadios”. Desde então, foram proibidos e impossibilitados de acessar espaços culturais, sociais e educacionais tendo, suas práticas de luta, cultura e religião condenados por lei, estando sujeitos a punições, perseguições e privações de diversas naturezas.

De acordo com Godoy e Santos (2014, p. 37):

As culturas são organizadas por meio de sistemas ou códigos de significação, que dão sentido às nossas e às demais ações. Em virtude disso, qualquer que seja a ação ou prática social, ela é cultural, pois expressa ou comunica significados e, por isso, é prática de significação.

Mesmo assim, durante muito tempo, práticas como o candomblé e a capoeira precisaram acontecer de forma disfarçada por não serem aceitas pelo padrão eurocêntrico que pairava entre os brancos luso-brasileiros.

Somente no século XXI, mais especificamente no ano de 2012, surge uma política pública que visa garantir o acesso das pessoas de pele preta, parda e indígena aos espaços educacionais: a política de cotas étnico raciais, como assim é conhecida até hoje. Em seu artigo 3º, cuja redação é dada em 2016, a política de cotas, criada em 29 de agosto de 2012, diz o seguinte:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012).

A presente política visa “pagar uma dívida” aos mais de três séculos de escravidão que marginalizaram a população negra e procura corrigir desigualdades persistentes, mesmo após a abolição em 1888. A intervenção estatal resulta na criação de comissões de heteroidentificação, encarregadas de verificar a autodeclaração racial dos candidatos às cotas. Os *trajetos formativos* dos membros dessas comissões, sua ligação com a população negra e suas visões sobre a política de cotas são de extrema

relevância para uma compreensão de como essa política tem sido colocada em prática.

Cabe destacar também, que as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica relacionam-se com a política de cotas étnico-raciais de diversas maneiras, contribuindo para uma abordagem mais inclusiva e equitativa, objetivando promover a inclusão de grupos historicamente excluídos e, ao mesmo tempo, criando ambientes educacionais mais representativos.

A política de cotas étnico-raciais, ao ampliar o acesso de grupos sub-representados ao ensino técnico e tecnológico, fortalece o diálogo entre a instituição de ensino e o mundo do trabalho, diversificando os profissionais formados e promovendo uma maior representatividade nos diferentes setores. Estimular a autonomia do estudante também desenvolve uma compreensão crítica das questões sociais, incluindo aquelas relacionadas à discriminação étnico-racial ao capacitar os estudantes a pensarem de forma crítica e autônoma.

Conforme já mencionado anteriormente, as Comissões de Heteroidentificação nos Institutos Federais têm uma relevância significativa na articulação entre o percurso formativo na Educação Profissional e Tecnológica e a política de cotas étnico-raciais. Os mesmos, são responsáveis por verificar a autodeclaração dos estudantes cotistas, assegurando a aderência aos critérios de reserva de vagas, impactando diretamente a composição do corpo discente. Esse processo contribui para um ambiente educacional mais enriquecedor ao promover uma representatividade equitativa, incentivando a diversidade e a interação entre estudantes de diferentes origens étnico-raciais. Além disso, ao garantir a implementação justa das políticas de cotas, as comissões reforçam o compromisso das instituições com a promoção de um ambiente acadêmico inclusivo e representativo, essencial para enfrentar desigualdades históricas e favorecer a equidade no acesso à educação.

O trajeto formativo dos membros das comissões de heteroidentificação é de extrema importância, pois influencia diretamente na eficácia e na imparcialidade do processo de avaliação das autodeclarações dos estudantes. Esses membros precisam receber uma formação sólida e contínua, abordando questões relacionadas à identidade étnico-racial, para desenvolverem uma compreensão sensível e aprofundada das nuances e complexidades associadas. Além disso, é crucial que estejam cientes das diversas formas de manifestação da diversidade e capazes de reconhecer as múltiplas identidades presentes na sociedade. O aprimoramento constante dessas habilidades é essencial para garantir uma atuação justa e equitativa, contribuindo para a legitimidade do sistema de cotas étnico-raciais e promovendo a construção de um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo e representativo.

Para finalizar esta reflexão, pontuamos que pesquisas com a temática são de extrema importância no âmbito do ProfEPT pois, contribuem com a avaliação e aprimoramento dessa importante política pública. Nesse sentido, convidamos os leitores deste veículo de comunicação a acompanharem as pesquisas já realizadas e as em andamento.

Considerações finais

A história brasileira foi marcada pela miscigenação, mas a população negra enfrentou séculos de escravidão e marginalização. A política de cotas étnico-raciais, implementada em 2012, busca corrigir essas desigualdades, encontrando apoio na Educação Profissional e Tecnológica para criar ambientes inclusivos. As Comissões de Heteroidentificação nos Institutos Federais desempenham papel crucial, garantindo a implementação justa das cotas e promovendo representatividade. O trajeto formativo dessas comissões (objeto da minha pesquisa em andamento) é essencial para uma atuação justa e equitativa, reforçando a importância de uma educação comprometida com a equidade étnico-racial.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12711, de 29 de agosto de 2012**. Brasília: DF. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

GODOY, Elenilson Vieira & SANTOS, Vinícius de Macedo. Um olhar sobre a cultura. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.30, n.03, Julho-Setembro 2014, p.15-41.

Publicado edital para o Exame Nacional de Acesso ao ProfEPT 2024: mudanças vão acontecer. Fique atento!

No dia 23 de novembro de 2023 foi publicado o edital para o Exame Nacional de Acesso ao ProfEPT para ingresso em abril de 2024.

A prova de seleção de caráter objetivo está prevista para ocorrer no dia 25 de fevereiro de 2024, no polo do IFFar - Campus Jaguari.

Neste ano serão ofertadas 24 vagas para o polo do IFFar, distribuídas entre as duas linhas de pesquisa e entre Servidores atuantes na Rede Federal de Ensino e Ampla Concorrência. Deste conjunto de 24 vagas, 06 serão ofertadas para Pessoas com Deficiência (2 vagas), para Pretos e Pardos (2 vagas) e também para indígenas (2 vagas).

Para o processo seletivo com ingresso em 2024, algumas mudanças foram efetivadas por solicitação e adequação da CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, responsável pela avaliação dos Cursos de Pós-Graduação do Brasil em nível Stricto Sensu.

Uma das mudanças implementadas refere-se à categoria de ampla concorrência. Neste sentido, como o ProfEPT é um mestrado profissional e, conforme a Capes “é uma modalidade de PósGraduação Stricto Sensu voltada para a capacitação de profissionais”, portanto, faz-se necessário adequar o acesso dos novos estudantes aos profissionais que estejam atuando na Educação Profissional e Tecnológica, de modo a atender aos dispostos nas orientações para os cursos vinculados à Área de Avaliação da Capes à qual o ProfEPT se vincula.

A comprovação de atuação na Educação Profissional se dará apenas no ato da matrícula após aprovação. No edital estão melhor especificadas as condições para comprovação de atuação profissional na EPT.

Outra mudança implementada é a opção pela linha de pesquisa já na inscrição para o processo seletivo para todos os candidatos, sejam servidores ou ampla concorrência. Essa também foi uma das exigências propostas pela CAPES, para que haja aderência entre os projetos de pesquisa e produtos educacionais que serão desenvolvidos pelos novos estudantes ao longo do mestrado com as linhas de ação epistemológica e metodológica e o que se pretende no perfil do egresso do ProfEPT. Tais condições são necessárias para o fortalecimento dos programas de pós-graduação, qualidade das produções desenvolvidas e, por essa razão, são critérios de avaliação e monitoramento pelas áreas da CAPES.

Também, no ato da inscrição os candidatos deverão preencher o campo Intenção de Pesquisa, dentro do formulário, no qual o(a) candidato(a) deverá demonstrar, num texto de até 1000 caracteres, como a formação pretendida no ProfEPT e a escolha pela Linha de Pesquisa se relacionam com suas práticas profissionais.

Respostas sobre em relação às perguntas mais frequentes, pode-se acessar neste link: [Perguntas frequentes](#).

A prova de seleção será realizada com base nas seguintes bibliografias:

1. BORGES, L. F. P. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Revista Educação Em Questão**, v.55 nº 45, 2017. p.101–126. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n45ID12747>
2. CASTRO, C., PLÁCIDO, R. L., MEDEIROS, I. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado** v. 6, 2023, p.516-533. Disponível em: <https://191.52.0.34/index.php/metapre/article/view/3983>

3. DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. v. 2, n° 2. Vitória: IFES, 2018, p. 10-19. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383>
4. ESCURRA, Maria Fernanda. O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital. **Verinotio** - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. n 22. Ano XI., 2016. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.2349637776938861.pdf>
5. LEITE, Priscila de Souza Chisté. Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em Mestrados Profissionais na área de ensino de humanidades. **Investigação Qualitativa em Educação**, Volume 1, 2017, p. 847 – 856. Disponível em: <https://ludomedia.org/publicacoes/livro-de-atas-ciaiq2017-vol-1-educacao/>
<https://ludomedia.org/publicacoes/livro-de-atas-ciaiq2017-vol-1-educacao/>
6. MACEDO, Roberto Sidnei, SÁ, Silvia Michele Macedo de. A etnografia crítica como aprendizagem e criação de saberes e a etnopesquisa implicada: entretecimentos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n.1, p.324-336, 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/macedo-sa.pdf>
7. MACHADO, L. R. de S. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 23, p. e15167, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>
8. MACHADO, L. R. de S. Saberes tecnológicos, teoria da atividade e processos pedagógicos. **Trabalho & Educação**, v. 22, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8933/6423>
9. MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27936>
10. TRENTIN SILVEIRA, R. A Relação Professor-Aluno de uma Perspectiva Gramsciana. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, 4, 2018, p. 97–11. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623664512>

Cronograma oficial do processo seletivo 2024:

ATIVIDADE	DATAS*
Data de publicação do Edital	23/11/2023
Inscrições	27/11/23 a 04/01/2024
Período de solicitação de isenções	27/11 a 01/12/2023
Resultado das solicitações de isenções	05/12/2023
Recursos ao resultado das solicitações de isenções	06 e 07/12/2023
Resultado final das solicitações de isenções	11/12/2023
Data limite para pagamento da inscrição	05/01/2024
Divulgação das inscrições homologadas	09/01/2024
Recursos ao resultado das inscrições homologadas	10 e 11/01/2024
Resultado final das inscrições homologadas	15/01/2024
Resultado das solicitações de condições especiais	15/01/2024
Recurso ao resultado de condições especiais	16 e 17/01/2024
Resultado final de condições especiais	24/01/2024
Divulgação do local de realização do ENA	19/02/2024
Realização do Exame Nacional de Acesso	25/02/2024
Divulgação do gabarito	26/02/2024
Recursos ao gabarito	27 a 29/02/2024
Divulgação do gabarito Final	05/03/2024
Divulgação da nota individual	06/03/2024
Recursos à nota individual	07 e 08/03/2024
Resultado Final	13/03/2024
Bancas de Verificação de Cotas e Matrículas**	14/03 a 28/03/2024
Aula Inaugural e Início do semestre letivo	A partir de 2 abril de 2024

Maiores informações sobre o processo de seleção poderão ser obtidas no site do concurso no seguinte endereço eletrônico: <https://profept.ifes.edu.br/selecao/16482-ena24>. Também podem ser encaminhadas ao e-mail profteptiffarroupilha@ifarroupilha.edu.br. As inscrições podem ser feitas no seguinte link de acesso: <https://profept.selecao.net.br/index/abertos/>

Defesas de dissertações e qualificações de projetos

No período de agosto a dezembro de 2023, foram realizadas 06 qualificações de projetos de pesquisa de estudantes ingressantes na turma 5, ano 2022 do programa. Os mestrandos que realizaram suas qualificações de mestrado no período de agosto a dezembro de 2023 foram os seguintes:

Linha de pesquisa	Orientador(a) Coorientador(a)	Mestrando(a)	Título do projeto apresentado e aprovado
Práticas Educativas em EPT	Dr. Vantoir Roberto Brancher	Nicole Hack	Dificuldades e potencialidades da atuação do tradutor intérprete de Libras - Português nos cursos técnicos integrados na EPT
	Dr. Vantoir Roberto Brancher Dra. Neiva Maria Frizon Auler	Darlene Honório Medeiros	O que é ser negro no Brasil?: reflexões sobre os critérios de acesso à política de cotas.
	Dr. Mauricio Ramos Lutz Dr. Fábio Diniz Rossi	Felippe Flain Pires Santos	Pensamento Computacional e aprendizagem significativa aplicada à disciplina de Física.
Organização e memórias dos espaços pedagógicos na EPT	Dra. Catiane Mazocco Paniz Dra. Maria Rosângela Silveira Ramos	Raquel Pereira Martins	Contribuições da coordenação de registros acadêmicos na formação em Educação Profissional e Tecnológica.
	Dra. Maria Rosângela Silveira Ramos Dra. Catiane Mazocco Paniz	Valéria Soares Rodrigues	Recuperação da Aprendizagem no ensino de Matemática - caminhos (des)construídos
	Dra. Catiane Mazocco Paniz Dra. Maria Rosângela Silveira Ramos	Carlos Roberto Pereira da Costa	O bem-estar e o mal-estar Docente: Saúde e Qualidade de vida de Servidores Docentes na EBPT.

Fonte: Secretaria do ProfEPT - IFFar - Polo Jaguari

Também, até a data de publicação deste Boletim foram apresentados 07 relatórios de dissertação de mestrado e produtos educacionais. Os mestrandos que concluíram seus relatórios de dissertações e realizaram apresentação de seus produtos educacionais estão listados a seguir:

Linha de pesquisa	Nome	Orientador(a) e coorientador(a)	Título da dissertação	Título do produto educacional e acesso no Educapes
Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na EPT	Cesar Augusto de Deus	Dr. Adão Caron Cambraia Dra. Taniamara Vizzotto Chaves	Atividades desplugadas sobre Álgebra de Boole na Educação Profissional e Tecnológica: uma análise à luz da pedagogia Histórico-	Álgebra de Boole desplugada

			Crítica	
	Paulo Rogério Caldeira dos Santos	Dra. Daniela Copetti Santos	Representações sobre a LGBTfobia, uma análise das concepções na EPT no Instituto Federal Farroupilha (IFFar)	Vamos falar sobre Gênero e Diversidade Sexual.
	Verlaine Denize Brasil Gerlach	Dra. Daniela Copetti Santos	O desenvolvimento do processo pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica: o papel dos dirigentes em contextos desafiadores.	Gestão Educacional: Histórias e Memórias de Dirigentes da Educação Profissional e Tecnológica em Tempos de Adversidades
Práticas Educativas em EPT	Susi Mara da Silva Alves	Dr. Vantoir Roberto Brancher	Processo e práticas educativas para estudantes surdos nos cursos técnicos integrados na EPT.	Práticas Educativas de Inclusão e o Sujeito Surdo
	Eliane Teresinha Sousa	Dr. Vantoir Roberto Brancher	Práticas educativas na EPT: Processos de Ensino e Aprendizagem dos Estudantes com Deficiência Intelectual	Práticas Educativas na Educação Profissional Tecnológica para Estudantes com Deficiência Intelectual
	Adriana Andrade Bastos	Dra. Taniamara Vizzotto Chaves	Desafios e possibilidade no ensino de matemática na perspectiva do ensino híbrido na Educação Profissional e Tecnológica.	Desafios e possibilidades do ensino híbrido na Educação Profissional e Tecnológica
	Cristian Erickson Colovini	Dr. Vantoir Roberto Brancher	Docência na Educação Profissional: saberes docentes e significações na educação prisional	Curso Educação Profissional em Contextos Prisionais

Fonte: Secretaria do ProfEPT - IFFar - Polo Jaguarí

Ainda estão previstas para acontecer mais 05 defesas no período entre 14 a 21 de dezembro de 2023, após a publicação deste boletim informativo. As defesas de relatórios de dissertações e de produtos educacionais previstos para acontecer estão descritos a seguir:

Linha de pesquisa	Nome	Orientador(a) e coorientador(a)	Título da dissertação	Data prevista para defesa
Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na EPT	Jonatan Jean Silveira da Silva	Dra. Catiane Mazocco Paniz Dra. Maria Rosângela Silveira Ramos	Estratégias educativas em saúde no Instituto Federal Farroupilha: desafios e possibilidades a partir do ensino médio integrado.	14/12/2023
	Sebastião Saraiva Neto	Dra. Catiane Mazocco Paniz Dra. Maria Rosângela	Contribuições, historicidade e memórias do Campus São Vicente do Sul	14/12/2023

		Silveira Ramos		
	Luciana Paslauski Knebel	Dr. Adão Caron Cambraia	Formação pedagógica para a Educação Profissional e Tecnológica - EaD do IFFar: desafios e potencialidades para o desenvolvimento do currículo integrado.	21/12/2023
Práticas Educativas em EPT	Rosinara Ribeiro dos Santos Cornelio	Dra. Marcele Teixeira Homrich Ravasio	Covid-19 e o retorno às atividades escolares presenciais: protocolos e orientações na percepção dos estudantes do ensino médio integrado.	14/12/2023
	Carina Deolinda da Silva Lopes	Dra. Marcele Teixeira Homrich Ravasio	A qualificação permanente para as formas alternativas de resolução de conflitos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.	15/12/2023

Fonte: Secretaria do ProfEPT - IFFar - Polo Jaguari

Como o mestrado ProfEPT fez a diferença na minha vida profissional!!

O objetivo do curso é termos a construção de um Produto Educacional que atenda não somente o ensino, mas também a pesquisa, extensão e pós-graduação. Somente vamos atingir este objetivo através de leituras, diálogos e reflexões acerca dos conceitos e fundamentos teóricos ensinados pelos Docentes. Cabe destacar que o Mestrado Profissional, é mais um triunfo para a minha vida, além de trazer benefícios, melhorias e crescimento profissional. Com certeza, como pesquisadora, sou muito grata pelo IFFar de oportunizar e proporcionar que este estudo, tenha relevância significativa para a comunidade acadêmica, visando tanto à produção de conhecimentos como ao desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes e fazeres inerentes ao mundo do trabalho como princípio educativo. Na minha concepção este programa de formação em Educação Profissional e Tecnológica – EPT abre caminhos para aqueles profissionais que queiram investir em conhecimentos e novos aprendizados.



Luciana Paslauski Knebel, Mestranda do ProfEPT- IFFAR, Polo de Jaguari, Turma 2022.

Ingressei no ProfEPT em 2018. Tenho vivenciado muitas aprendizagens e experiências que possibilitam uma melhor atuação como docente do IFFar. Dentre as experiências a formação no convívio com colegas pesquisadores que compartilham seus problemas de pesquisa e suas preocupações com a EPT, se constituindo com uma formação por meio das diversas interações e reuniões para organização do ProfEPT. Destaco que passei a me dedicar às pesquisas sobre Educação Profissional e Tecnológica, mais especificamente sobre o Currículo Integrado a partir do ingresso no programa. Com isso, atualmente desenvolvo pesquisas intimamente relacionados com os Institutos Federais. Até o momento já orientei vários pesquisadores com as seguintes temáticas: 1) Concepções da curricularização da extensão: possíveis contribuições à EPT; 2) Ensino de Programação na Educação Profissional e Tecnológica: desenvolvimento do pensamento computacional por meio do desenvolvimento de aplicativos com Applinventor; 3) Biblioteca digital como guardiã da memória e do acervo do Observatório do Currículo Integrado; 4) Atividades desplugadas sobre Álgebra de Boole na Educação Profissional e Tecnológica: uma análise à luz da pedagogia histórico crítica; 5) Formação Pedagógica para Educação Profissional e Tecnológica – EAD do IFFar: desafios e potencialidades para desenvolvimento do currículo integrado; e, outras orientações em andamento. Além da produção das dissertações, cada aluno também cria um produto. Foi a primeira vez que atuei num mestrado profissional e, entendo que criar um produto é uma tentativa de estabelecer interações com a comunidade acadêmica e externa ao IFFar, possibilitando-nos cumprir com parte dos nossos compromissos como instituição, desenvolver as comunidades locais por meio de produtos que possibilitam um pensar diferente e desenvolver as comunidades locais.



Prof. Dr. Adão Caron Cambraia. Docente do IFFar atuante no ProfEPT, Polo de Jaguari

ProfEPT polo de Jaguari participa da produção e lançamento de livro produzido em parceria com a Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisa sobre a EPT

No dia 01 de dezembro de 2023 na cidade de Ijuí, RS foi realizado o lançamento do livro **“Educação Profissional e Tecnológica no Contexto da Contrarreforma: concepções, experiências e dinâmicas investigativas”** organizado pelos docentes do ProfEPT Adão Caron Cambraia e Taniamara Vizzotto Chaves em parceria com o doutorando em Educação da UFSM e também servidor do IFFar Marcos José Andrighetto.

Os organizadores são membros da Rede Gaúcha de EPT, sendo que a obra está organizada em três seções e quatorze artigos, escritos por pesquisadores ligados à Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisas sobre EPT, com foco em temas relacionados a EPT no estado do Rio Grande do Sul.

A Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisas sobre EPT tem a participação de pesquisadores dos três institutos federais do estado do Rio Grande do Sul, quais sejam: IFFar, IFRS e IFSul, os quais desenvolvem parcerias com docentes de universidades tais como a UFSM e a UNIJUÍ. O ProfEPT atua como parceiro da rede gaúcha, desenvolvendo e compartilhando estudos e pesquisas, sendo que um grupo de docentes do ProfEPT do IFFar atua também no comitê gestor da Rede Gaúcha de EPT.

Para o lançamento do livro supracitado, docentes e discentes do ProfEPT do IFFar contribuíram diretamente com a produção da obra, assumindo a autoria de alguns capítulos, conforme descrito a seguir.

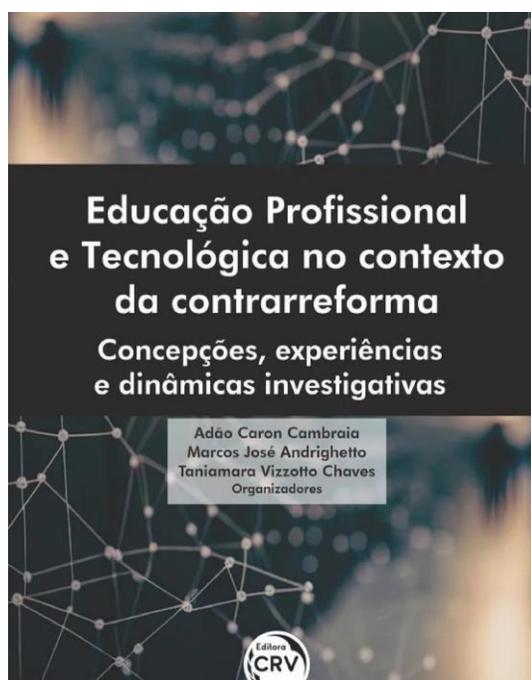
O capítulo II da obra intitulado “Democracia enfraquecida: impactos das contrarreformas neoliberais no currículo integrado” foi produzido pelo professor Adão Caron Cambraia em parceria com as colegas do IFFar [Neila Pedrotti Drabach](#) e Adriana Toso Kemp. Também com a professora da UNIJUÍ Maria Cristina Pansera de Araújo.

O capítulo III da obra foi produzido pelo professor Ricardo Antonio Rodrigues, também do ProfEPT tendo como título “ O currículo integrado e a necessidade de superação do mecanicismo e do positivismo”.

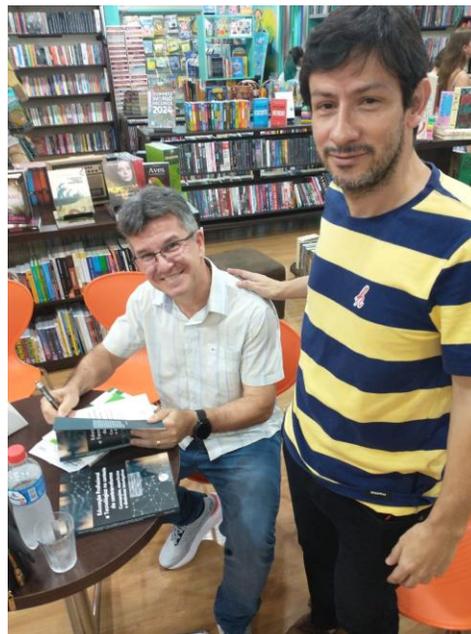
Finalmente, o capítulo V foi produzido pelas docentes Taniamara Vizzotto Chaves e Vanessa de Cássia Pistóia Mariani, com a participação e apoio da discente Rozilene Vizzotto. O título do capítulo produzido é “Uma análise sobre as diretrizes para a educação técnica profissional de nível médio a partir da resolução 1/2021 do CNE/CP”.

O livro apresenta importantes contribuições à medida que apresenta temas e debates da atualidade em relação a EPT, as reformas advindas com a publicação da BNCC e outras resoluções da EPT que dialogam com a BNCC. Também por apresentar o registro de experiências e práticas investigativas e a discussão de conceitos relacionados a EPT desenvolvidos nos grupos de pesquisa dos participantes da Rede e também a partir do aprofundamento de estudos desenvolvidos dentro da própria Rede Gaúcha.

A seguir o layout da capa do livro publicado e alguns registros fotográficos da atividade de lançamento do mesmo no dia 01 de dezembro em Ijuí.



Layout da capa do livro publicado



Fotos extraídas das Redes Sociais dos Participantes

Docentes vinculados ao programa

Linha de pesquisa	Docente do programa	Contato e link para acesso ao currículo lattes
Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	Ana Cláudia de Oliveira da Silva (IFFAR Campus de São Vicente do Sul)	anaclaudia@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/5329243617221780
	Marcele Teixeira Homrich Ravasio (IFFAR Campus Santo Ângelo)	marcele.ravasio@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/8085073893881510
	Maurício Ramos Lutz (IFFAR Campus Alegrete)	mauricio.lutz@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/5099730179818142
	Neiva Maria Frizon Auler (IFFAR Campus São Vicente do Sul)	n.auler@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/4721165773734294
	Rafael Winicius da Silva Bueno (IFFAR Campus Alegrete)	rafael.bueno@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/9132104547468000
	Ricardo Antonio Rodrigues (IFFAR Campus Jaguari)	ricardo.rodrigues@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/2052548816755075
	Taniamara Vizzotto Chaves (IFFAR Campus São Borja)	taniamara.chaves@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/5956372151365815
	Vantoir Roberto Brancher (IFFAR Campus Jaguari)	vantoir.brancher@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/3260077562370842
Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	Adão Caron Cambraia (IFFAR Campus Santo Augusto)	adao.cambraia@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/4507314509079204
	Catiane Mazocco Paniz (IFFAR Campus São Vicente do Sul)	catiane.paniz@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/7119419910632854
	Daniela Copetti Santos (IFFAR Campus Santa Rosa)	daniela.copetti@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/3000585794868964
	Laila Azize Souto Ahmad (IFFAR Campus Jaguari)	laila.souto@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/2919524194737397
	Letícia Ramalho Brittes (IFFAR Campus São Vicente do Sul)	leticia.brittes@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/5104573307305494
	Maria Rosângela Silveira Ramos (IFFAR Campus São Vicente do Sul)	maria.amos@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/8765165000766588
	Vanessa de Cássia Pistóia Mariani (IFFAR Campus São Borja)	vanessa.mariani@iffarroupilha.edu.br http://lattes.cnpq.br/0276460493806137



Nossos contatos e localização

Nosso site:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/profept-iffar>

Nossos contatos:

profteptiffarroupilha@iffarroupilha.edu.br

secretariaprofept@iffarroupilha.edu.br

Nosso endereço e localização:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Jaguari, BR 287, KM 360, Estrada do Chapadão, s/n - CEP 97760-000, Rio Grande do Sul/RS.

